



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

DILEMAS E INDAGAÇÕES PARA A FORMAÇÃO QUALIFICADA DO/A ASSISTENTE SOCIAL DIANTE DAS MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: QUE CAMINHOS SEGUIR?

SUENYA THATIANE SOUZA DE ALMEIDA¹

Resumo: Esse presente artigo realizou uma análise da formação do profissional de Serviço Social no Brasil, partindo do pressuposto que o atual ambiente globalizado impõe às universidades alterações nas suas grades curriculares, haja vista que surgem novos campos de atuação profissional. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e os dados encontrados foram interpretados de acordo com o método qualitativo. Concluiu-se que as universidades devem estabelecer uma aliança com as Entidades de Classe, já que o trabalho em conjunto poderá fornecer o *feedback* necessário para melhorar as grades curriculares de acordo com as emergências reais do cotidiano de trabalho. Além das melhorias que podem ser introduzidas no nível de formação acadêmica, é essencial que cada profissional também se preocupe em gerar instâncias que contribuam para sua auto formação e melhoria contínua, em resposta aos requisitos específicos que o ambiente de trabalho exige.

Palavras-chave: Formação profissional; Serviço Social; Universidades.

Abstract: This article presents an analysis of the formation of the Social Service professional in Brazil, starting from the assumption that the current globalized environment imposes changes in its curricula to universities, given that new fields of professional activity emerge. A bibliographic research was performed and the data found were interpreted according to the qualitative method. It was concluded that it is important for universities to establish an alliance with the Professional Associations, since working together can provide the necessary feedback to improve curricula in accordance with the real emergencies of daily work. In addition to the improvements that can be introduced at the level of academic training, it is essential that each professional also be concerned with generating instances that contribute to their self-formation and continuous improvement, in response to the specific requirements that the work environment demands.

Keywords: Vocational training; Social service; Universities.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade continua a mudar dia a dia, mas muitas de suas transformações nem sempre foram benéficas para a população e, às vezes, causaram situações de desigualdade entre as pessoas. Além disso, esse

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista. E-mail: <suenyathatiane@hotmail.com>

dinamismo nem sempre foi captado pelas universidades, que muitas vezes insistem com currículos presos em processos educativos que não são renovados.

A formação profissional enfrenta o desafio de assimilar essas demandas e incluí-las nos currículos e nos perfis dos egressos. No caso brasileiro, o sistema de Ensino Superior precisa ser melhorado com a adoção de currículos flexíveis e a adoção de novos métodos de ensino.

Essa necessidade de mudança na formação do profissional de Serviço Social está ligada às exigências decorrentes de um mundo globalizado. As universidades precisam se adequar as necessidades de formação adotando modelos de competências profissionais inseridos em processos de inovação curricular que promovam a melhoria dos processos de auto-avaliação institucional e que postulem novos padrões de qualidade para cursos de graduação e pós-graduação. É necessário que as universidades, na preparação de suas grades curriculares, atentem para as condições de incerteza na estabilidade do trabalho e para o aspecto transdisciplinar da inserção profissional.

Este estudo parte do pressuposto que as Universidades como as responsáveis pela formação dos profissionais devem atualizar os referenciais teórico-metodológicos e ajustar os exercícios técnico-operativos, a fim de responder da melhor maneira possível às exigências profissionais. Para isso, a formação dos discentes deve ser permanentemente confrontada com as demandas da sociedade, estabelecendo parcerias com as diversas organizações com as quais as unidades acadêmicas estão relacionadas com intuito de buscar uma formação que seja alinhada com as reais urgências de atuação profissional.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Alterações no mundo do trabalho

No contexto atual, verifica-se alterações substantivas no mundo do trabalho (tecnologia, organização e relações de produção) que afetam a realidade do trabalhador (MENEZES, 2010). A função social e de bem-estar das políticas sociais tem sido significativamente alterada, dada a variação de suas orientações, que é prejudicial à qualidade, quantidade e variedade das políticas sociais. Isso se refere basicamente, no âmbito do Bem-estar social, onde ocorre a legitimação do sistema político e econômico através da minimização e institucionalização de conflitos potenciais ou reais. Agora, dada a hegemonia neoliberal, tanto o regime democrático quanto as políticas sociais estão perdendo peso em relação ao mercado.

De acordo com Piana (2009) a democracia como elemento legitimador perde destaque por diferentes razões. Essa perda decorre da crescente globalização política e econômica que faz com que os diferentes Estados nacionais percam cada vez mais autonomia e liberdade. Mas também a função econômica das políticas sociais é significativamente alterada. Se as políticas sociais constituem o suporte funcional dos assistentes sociais (a sua funcionalidade e instrumentalidade e legitimidade) e se eles estão substancialmente alterados no contexto sócio-econômico e político atual (as suas orientações e funcionalidade), pode-se, portanto, afirmar que a base de apoio funcional-trabalhista do Serviço Social sofreu (ou ainda sofre) mudanças significativas.

Dessa forma, alterações nas diretrizes e na funcionalidade das políticas sociais comprometem a base funcional de apoio ao trabalho da profissão de Assistente social. Segundo Mioto; Nogueira (2013) este/a profissional possui papel social de intervir na fase terminal de políticas sociais (agora com participação relativa no projeto e avaliação desses, bem como intervindo fora da órbita do Estado: nas ONGs, nas empresas, etc. Mesmo que a maioria deles ainda aja como tradicionalmente, ou seja, no Estado e ligados à implementação dessas políticas sociais).

Assim, as mudanças nas políticas sociais no contexto neoliberal não só são prejudiciais para as classes populares, os beneficiários de tal mecanismo,

mas também impactam negativamente a atuação do/a Assistente social (ABRAMOVOTIZ, 2012). Para Faleiros (2014) a falta de uma coordenação das políticas sociais implementadas por instituições privadas prejudicam a atuação dos/as Assistentes sociais que ficam com a sua prática também descoordenada, pois eles acabam intervindo em micro-espacos, mesmo sem poder (ou querer) para ter um impacto a nível nacional, nem mesmo em áreas setoriais.

No entanto, isto não deve ser visto com alarde. Como diz Netto, "quando se considera as características estruturais da sociedade brasileira e seu modo de inserção no sistema capitalista contemporâneo, independentemente das orientações políticas imediatas, observa-se que a demanda objetiva para uma profissão como o Serviço Social não tende a encolher "(NETTO, 2000, p. 115).

Segundo Netto (2000) o profissional de Serviço Social (um funcionário público ou empregado do setor privado) começa a sofrer alterações em suas bases contratuais e nas suas relações de trabalho. Assim, pode-se dizer que o profissional começa a viver um processo de "liberalização" profissional, cuja característica da relação de trabalho básica é a de deixar de ser um trabalhador assalariado para passar a ser um profissional liberal. Assim, os/as Assistentes sociais são cada vez mais contratados como "proprietários individuais" de serviços prestados. Esse fenômeno assegura a concepção de que este/a profissional é, essencialmente, um/a profissional liberal, dada a co-participação, juntamente com todos aqueles que vendem seu trabalho, esta é uma tendência da profissão.

2.2 Uma crítica a formação, o currículo e o Ensino Superior no contexto neoliberal

O debate sobre a formação profissional é abrangente e está intimamente relacionada com as atuais "diretrizes curriculares".

As atuais diretrizes curriculares, propostas pela ABEPSS - e endossadas pela representação da área no MEC (com algumas ressalvas),

assumem como perfil do Bacharelado Serviço Social: O profissional que atua nas expressões da questão social, elaborando e implementando propostas para o seu confronto, através de organizações públicas, empresariais, sociais, da sociedade civil e movimentos sociais; profissional com formação crítica generalista intelectual e cultural, competente em sua área de atuação, com capacidade criativa e proativa de inserção em todas as relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com os valores e princípios orientadores do Código de Ética do/a Assistente Social (TINTI, 2015).

Nesse sentido, as Diretrizes reconhecem a pesquisa como um elemento constitutivo - e não apenas complementar - da formação e da prática profissional. Situações específicas de pesquisa, aliada as macro determinações sociais, é uma condição necessária, tanto para superar o fosso entre o discurso genérico sobre a realidade social e os fenômenos singulares com que o Assistente social enfrenta em seu cotidiano para revelar as possibilidades de ação contida na realidade. Por outro lado, a proposta de formação profissional traz novos desafios à pesquisa, como a integração entre História, Teoria e Método no Serviço Social, entendida como dimensões indissociáveis da configuração da profissão nos diferentes momentos históricos; a leitura da prática profissional como um trabalho especializado no âmbito do trabalho social coletivo, que envolve salários e sofre das mesmas pressões que afetam os trabalhadores como um todo nos tempos atuais; a questão social - em suas expressões particulares - como uma questão de prática profissional e políticas sociais como mediações fundamentais do trabalho do Assistente social; tendo a ética como um princípio governante de todo o treinamento; o redimensionamento de práticas articuladas a estratégias de pesquisa e extensão-pedagógicas e supervisão acadêmica e relações entre o ambiente acadêmico e profissional (IAMAMOTO, 2001, p.88).

A pesquisa surge como um poderoso recurso acadêmico e político para atribuir visibilidade e produzir propostas alternativas ao desastre social, que é produzido as necessidades de ajustes nas diretrizes de trabalho do/a Assistente Social influenciado pelas políticas neoliberais. Tais políticas são o resultado de uma reestruturação política conservadora do capital, em resposta à perda de lucratividade e governabilidade enfrentada na década de 1970 (CAPUTI; BENATI, 2010). É, de fato, uma maneira de capturar e submeter os Estados nacionais colocando-os a serviço do capital financeiro, sob a justificativa da globalização.

De acordo com lamamoto (2001) as reformas estruturais preconizadas pela globalização podem ser separadas em três conjuntos de políticas: a) aquelas que levam em conta o desmantelamento dos mecanismos de mercado

para regular a vida social (sistemas previdenciários, legislação trabalhista e outros); b) aqueles cujo objetivo é o enfraquecimento direto do Estado (privatizações, desmoralização de operações, etc.); c) aqueles que visam aumentar o grau de exposição da economia nacional aos movimentos do capital internacional (desregulamentação dos fluxos comerciais e financeiros). Aplicadas simultaneamente, essas políticas e reformas criam um novo ambiente econômico que favorece a tendência do capital à mercantilização universal, ampliando assim o espaço de acumulação de capital. Do ponto de vista dos trabalhadores, o resultado é o desemprego resultado da estagnação da taxa média de crescimento da economia. Por outro lado, o Estado está paralisado pagando dívidas que são priorizadas em detrimento dos investimentos em serviços sociais públicos, o que causa angústia na maioria da população.

Isso resulta no agravamento da questão social, que assume proporções de desastre social. Nesse contexto, a questão social torna-se objeto de ações filantrópicas e caritativas, bens e serviços tornam-se objetos de consumo privado, e políticas sociais universais são substituídas por "programas direcionados ao combate à pobreza". Esse quadro também afeta a Universidade Pública. O desenvolvimento da pesquisa é amplamente condicionada pelo ambiente universitário e pela política da ciência e tecnologia. O diagnóstico da universidade latino-americana, realizado por organizações multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é altamente desfavorável. O Brasil, desde 1986, é o beneficiário privilegiado do financiamento do Banco Mundial para o ensino superior na América Latina. Ele é acompanhado pela Nigéria, na África, China e Indonésia na Ásia Ocidental e Hungria na Europa. Na visão das entidades financiadoras, o retrato da universidade latino-americana revela a acelerada deterioração da qualidade do ensino e da pesquisa. Segundo os relatores oficiais, o precário funcionamento das instituições (MIOTO; NOGUEIRA, 2003).

O Ensino superior reflete-se na deterioração das instalações físicas, na falta de recursos para livros, laboratórios e materiais didáticos. Para a redução de recursos, soma-se o uso ineficiente, a baixa relação aluno / professor, a

duplicação de programas, as altas taxas de evasão, as taxas de repetência e a alta proporção do orçamento alocado ao que são consideradas "despesas não-educativas". O ponto de vista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) não é diferente. Sua leitura do Ensino superior é orientada segundo critérios importados do mundo dos negócios, válidos para qualquer tipo de investimento: custo / benefício, eficiência / inoperabilidade e produtividade. O foco da crítica é colocado na universidade pública, embora ofereça educação de melhor qualidade do que as universidades privadas. Estes, regidos por critérios de negócio, são tomados como referência organizacional, considerados mais ágeis, eficientes, financeiramente equilibrados, apresentando maior diferenciação institucional e menor índice de conflitos e tensões políticas (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Não é de surpreender que a democracia interna, a luta pela autonomia do conhecimento, o debate crítico e a politização presentes no mundo acadêmico sejam vistas como indícios nefastos de uma dinâmica organizacional flexível, dotada de agilidade e eficiência. Assim, defende-se a maior diferenciação de instituições e a promoção da oferta privada.

Nas últimas décadas o Brasil adotou os preceitos neoliberais que constituem a "reforma do Estado" em uma gestão embasada na lógica comercial e de negócios para a universidade brasileira, incentivando a privatização, formando o que está sendo nomeado como "Universidade Operacional" ou "Resultados e Serviços". Essa concepção de universidade é consistente com as recomendações de organizações internacionais e é impulsionada pela revolução científica baseada no microeletrônica, com avanços nos campos da física, química, microbiologia, entre outros, a ciência e a tecnologia tornaram-se a força produtiva por excelência. As descobertas científicas e seu uso na produção tornaram-se o meio de obter lucros excedentes, o que justifica a orientação de submeter a universidade a interesses comerciais(MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

O capital não se apropria apenas dos resultados da pesquisa, mas também pretende interferir no direcionamento da própria pesquisa, interferindo no mundo acadêmico. A universidade torna-se um centro de produção de

ciência e tecnologia filtrada pelos interesses do grande capital, em troca de subsídios e financiamentos concedidos. O desafio, entretanto, é preservar a universidade pública, lutando para integrar ensino, pesquisa e extensão, garantindo a sua liberdade educativa, científica e administrativa para produzir e disseminar conhecimento e perceber a sua crítica. Uma universidade que seja um centro para a produção de ciência, tecnologia, o cultivo das artes e das humanidades focada na qualificação de profissionais com alta competência, que podem ir além das necessidades do capital e do mercado, e que incorporem as necessidades e demandas da sociedade como um todo.

Uma universidade que cultive a razão crítica e compromisso com valores universais consistentes com os desafios e dilemas nacional e regional funcionando publicamente, incorporando-os como uma questão de vida acadêmica e participando na construção de respostas no campo das suas atribuições específicas. Uma universidade plural e democrática que treina cidadãos conscientes de seus direitos civis, políticos e sociais (SPOLANDER *et al*, 2015). Mas também, que coloca o zelo em sua auto-qualificação acadêmica - e sua melhoria permanente, contribuindo para a formação de cientistas, pesquisadores e profissionais, com os olhos voltados para os horizontes de amanhã.

2.3 Necessidades emergentes na formação profissional

Com base nas características do ambiente em que o Serviço Social opera atualmente, surgem determinados requisitos que as universidades devem se adequar como a adoção de novos campos de trabalho. Embora o/a profissional ainda atue nas áreas tradicionais de trabalho, as universidades devem formar os/as estudantes para atuarem, principalmente em atividades que são realizadas de forma independente (CASTEL, 1998). As exigências atuais do mercado de trabalho para o Serviço Social estão cada vez mais relacionadas à incorporação sistemática de tecnologia e ao desenvolvimento de bancos de dados com informações sociais (VASCONCELOS, 2002).

Há uma crescente necessidade de ter profissionais cada vez mais preparados e treinados para enfrentar as mudanças vertiginosas no ambiente de trabalho. Não pode ser desconsiderado que atualmente existem novas

formas sociais de trabalho (IAMAMOTO, 2008). Essas mudanças geram sentimentos de insegurança, uma vez que nem todos os/as profissionais têm um emprego estável.

Assim, durante o processo de formação novas competências precisam ser desenvolvidas, os/as profissionais precisam ser capazes de desenvolver níveis de intervenção social de maneira avançada e devem ter conhecimento dos diferentes temas do trabalho social sendo capazes de manter uma atualização constante sobre várias questões relevantes para o trabalho social (VASCONCELOS, 2002).

Além do mais, os/as profissionais precisam ser adaptáveis às diferentes situações sociais apresentadas. E, também devem ser inovadores e criativos, capazes de desenvolver novas estratégias e ações de intervenção. A formação profissional deve propiciar diversas opções de atuação. Não obstante, o profissional deve ser estimulado a ser autônomo, sendo capaz de tomar decisões relevantes na realidade que terá que intervir.

2.4 Desafios das universidade para a formação profissional

A profissão do/a Assistente Social adentra ao século XXI com perspectivas de alteração (autoestabelecida), com base no suporte funcional-emprego da profissão. A profissão como um todo redefine-se para atuar ativamente na definição do apoio ao emprego funcional. Com efeito, o Serviço Social pode e deve tornar-se o sujeito determinante de tal processo: através da definição de um Regulamento Profissional, de um Código de Ética; pela organização de eventos para debates teóricos-políticos onde é discutido o significado político da prática profissional, onde é gerado o desenvolvimento substancial de conhecimentos sobre a realidade e que resulta em colocar a profissão em termos de igualdade acadêmica e status funcional com outras disciplinas sociais; alterando os planos de estudo, adaptando-os à realidade em que vivemos e à necessidade da melhor formação profissional; através de estratégias que permitam ao assistente social aumentar o poder específico detido à nível organizacional, podendo negociar melhor as suas propostas e

colocando o profissional em melhores situações dentro da organização; através da participação em atividades de análise teórica, definição de política organizacional, planejamento social e avaliação de serviços prestados pela organização (FALEIROS, 2014).

Exigências contemporâneas levam o/a Assistente social a alinhar-se ao desenvolvimento no nível político acadêmico (teórico e prático) a nível profissional para realizar sua tarefa com uma maior concorrência levando as demandas mais fortes colocados pelas respostas da sociedade. O profissional deixa a inércia, assumindo um papel cívico e intelectual mais preponderante, conforme Netto (2000). O Assistente social passa a desempenhar um papel transcendente em relatar à opinião pública e aos órgãos competentes, as mudanças sofridas pelas políticas sociais e pelos serviços prestados pelas organizações. Este é um profissional especializado, conhecedor da realidade dos beneficiários e consciente dos recursos disponíveis ao Estado, a atuação do/a Assistente social é fundamental para ajudar a conter o avanço nefasto de um capitalismo que valoriza apenas o lucro.

O/A Assistente Social deve estar ciente das privatizações das políticas sociais, da diminuição dos recursos alocados a elas, da perda de qualidade dos serviços prestados; e esse profissional não pode, sabendo dessa realidade, ser apático a esse fenômeno; pelo contrário, devem participar na defesa feroz da política social (em quantidade, qualidade e variabilidade) de recursos do Estado para os princípios sociais, democráticos, deve denunciar o desperdício de recursos, a corrupção. Se a população é beneficiária de tais serviços, conseqüentemente ela tem o direito de conhecer, avaliar e determinar o destino dessas políticas sociais; o/a Assistente Social, nesse quadro, tem o dever cívico e o compromisso ético-político de favorecer, através de sua intervenção profissional, os mecanismos para tornar isso possível.

Um grande desafio para quebrar com a realidade subalterna e subalternizante de Serviço Social, é a incorporação de novas demandas decorrentes de questões sociais emergentes, assim estes novos desafios precisam de alternativas originais de intervenção e da adoção de estudos rigorosos e críticos, levando aos profissionais a apreender esses fenômenos, pesquisar, discutir e debater (MIOTO; NOGUEIRA, 2013).

Nessa nova realidade, cujas práticas profissionais ainda são desprovidas de vícios tradicionais, encontra-se a mais forte possibilidade de alterar substantivamente a função social e a imagem que o Serviço Social traz como herança desde o seu surgimento. Com essa preocupação, Netto propõe "distinguir intervenções profissionais dirigidas a situações imediatas daquelas que estão abertas a fenômenos emergentes" (NETTO, 2000, p. 200). É nesse sentido que o primeiro passo para romper com o conservadorismo no campo da intervenção profissional é assumir a responsabilidade e o desafio de enfrentar demandas novas ou emergentes, onde faz-se essencial absorver o conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade.

Nesse conhecimento do social, o diálogo com as teorias sociais em geral deve ser fluidas e constante. E para manter uma relação horizontal com outras disciplinas sociais, o Serviço Social como um todo também deve produzir conhecimento teórico-científico sobre relações e questões sociais, que devem contribuir com elementos para o debate teórico. No entanto, a prática do trabalhador social deve ser discutida em esferas particulares da realidade, segmentadas em "questão social", tomando para si, como sendo seu próprio campo de intervenção(MONTAÑO, 2007, p.188).

A pesquisa não é o único fator que determina o desenvolvimento profissional, isto deve ser refletido na formação profissional, ou seja, é necessário que os/as professores/as e os estudantes incorporem o produto de conhecimento original e realizem a crítica da realidade no ensino e façam a constante atualização do campo profissional. Para se inserir na definição da base de apoio funcional-laboral do Serviço Social, a formação nas universidades devem ser articuladas com a pesquisa e com as práticas de campo – extensão).

O/A Assistente Social deve sempre estar em busca por novos espaços de trabalho. Mais do que a possibilidade de que o Serviço Social possa auto-estabelecer sua base de apoio, esse aspecto é vital para a permanência futura da profissão. De fato, se o Estado, o empregador chave deste profissional, tende a ser "minimizado", instrumentos centrais da intervenção do/a Assistente Social, estão gradualmente drenando de recursos,

e se as políticas do Estado de bem-estar e sociais constituem uma estratégia hegemônica (que legitima e atributos da base tradicional de apoio ao trabalho funcional Serviço social), que já é substituída pela estratégia hegemônica do "mercado livre", esses profissionais tendem a perder seus empregos dentro da órbita do Estado(MIOTO;NOGUEIRA, 2013).

É essencial, então, que o Serviço Social assuma também o desafio de discutir novas fontes de emprego, novos campos de intervenção: ONGs, movimentos sociais, associações, empresas, organizações comunitárias, etc. No entanto, não se pode pensar que a saída do Serviço Social é apostar nas ONGs, porque isso, como afirma Netto, significaria "ignorar os sérios riscos do emprego múltiplo" (NETTO, 2000, p. 122).

Parece que a alternativa de trabalho para a profissão é apresentada da seguinte forma: de um lado, o/a Assistente Social continua a desempenhar uma tarefa instrumental simples, subordinada, o que resultaria na confirmação da tendência para a exclusão deste/a profissional da órbita de um Estado, o que exigiria ao/à Assistente Social procurar empregos na órbita privada), ou, por outro lado, o Serviço Social está ativamente envolvido na redefinição de seu apoio funcional, desenvolvendo atividades mais complexas, que exigem habilidades e qualificações mais sofisticadas.

Neste último caso, o profissional do Serviço Social pode continuar sendo um ator necessário para o desempenho das funções estatais como: na execução, mas também desenho de políticas sociais; na realização de pesquisas sobre a realidade que envolve os usuários, na avaliação de projetos, no diálogo entre organização-população etc. É nesse sentido que Iamamoto (2001) se refere à definição de um projeto profissional que, condicionado pela realidade histórica, é capaz de responder a novas demandas, tanto a partir da lógica do mercado de trabalho dentro das organizações de empregadores, quanto no reconhecimento e na conquista de novas e criativas alternativas de ação, expressão das exigências históricas colocadas diante dos profissionais pelo desenvolvimento das sociedades nacionais.

Desta forma, a formação profissional, o desenvolvimento de uma pesquisa substantiva, com o aumento do status e do poder político do

profissional em organizações que permite não só executar, mas projetar políticas sociais, devem incorporar demandas emergentes e discutir o mercado de trabalho. O trabalho do profissional no atual cenário de trabalho traz desafios urgentes na formação dos profissionais.

As universidades na preparação de suas grades curriculares precisam ser mais flexíveis, tendo uma visão geral dos principais campos de ação e demandas para os futuros profissionais. Desta forma, a formação à nível de graduação e pós-graduação estará alinhado com essas necessidades e exigências do mercado de trabalho atual(IAMAMOTO, 2008).

É recomendável as universidades manterem um diálogo permanente com ex-alunos, empregadores e associação profissional, uma vez que esses agentes permitem o *feedback* para aperfeiçoar os perfis de pós-graduação e currículos. No caso específico dos empregadores por exemplo, estes não parecem fazer a contribuição regular e sistemática ao conteúdo dos currículos universitários, ensinando práticas ou gestão institucional para dar-lhes a possibilidade para discutir mudanças(VASCONCELOS, 2002).

Deve ser revisto os campos de atuação profissional, de modo a formação recebida atenda às necessidades de integração teórica e metodológica, resultando em uma contribuição para as organizações, para os estudantes e, especialmente, para as pessoas que necessitam dos serviços do profissional de Serviço Social (IAMAMOTO, 2003).

Por último, mas não menos importante, as universidades brasileiras enfrentam o desafio de formar profissionais para desenvolver capacidades pró-ativas que lhes permitam atuar em um ambiente de trabalho dinâmico e exigente(IAMAMOTO, 2008).

3 CONCLUSÃO

É de vital importância pensar na estruturação e desenvolvimento da formação profissional como um processo dinâmico que contempla os necessários graus de flexibilidade que permitem a incorporação permanente

dos desafios que surgem da sociedade em que o profissional do Serviço Social se desenvolve, porque, a inovação é hoje reconhecida como uma demanda permanente no quadro emergente da lógica de transformação profissional através da atuação coletiva, associada a dinâmica tecnológica, econômico que acontece na sociedade globalizada.

Além das melhorias que podem ser introduzidas no nível de formação acadêmica, é essencial que cada profissional também se preocupe em gerar instâncias que contribuam para sua auto formação e melhoria contínua, em resposta aos requisitos específicos que o ambiente de trabalho exige cada vez mais.

Também é importante fortalecer a aliança entre as Entidades de Classe e as Universidades, já que esta é uma opção de trabalho conjunto que fornecerá o *feedback* necessário para melhorar as grades curriculares.

A formação profissional dada pelas universidades devem se preocupar com a implementação de estratégias para o desenvolvimento do pensamento crítico e lógica de intervenção profissional. A lógica de intervenção deve ser implementada como uma abordagem gradual e deliberada de uma prioridade filosófica e política, protegendo o estabelecimento de uma relação profissional, entendida como um instrumento de mudança. Novas pesquisas precisam ser realizadas neste contexto, de modo a ampliar o conhecimento sobre essa realidade, uma vez que estes os desafios para a formação profissional modificam-se de acordo com as necessidades da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVITZ, M. Theorising the neoliberal welfare state for social work. In Gray, M., Midgley, J., Webb, S. A. (Eds.), **The Sage handbook of social work**. London, England: Sage, 2012

CAPUTI, Leslie; BENATTI, Lucimara P. dos Santos. Serviço social e trabalho: lutas e estratégias frente à precarização na formação profissional. In: SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR DE FRANCA, 7, 2010, Franca. Anais.... Franca: Unesp. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000112010000100038&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes. 1998.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Serviço Social** em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serv. Soc. Soc.**, n.120, p.706-722, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Servicio Social y División del Trabajo**. 2. ed, São Paulo, Cortez, 2001.

MENEZES, Franciane Cristina de. O Serviço Social e a "responsabilidade social das empresas": o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 103, p. 503-531, set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Social Policy and Social Work: the challenges of professional intervention. **Rev. katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. spe, p. 61-71, 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 abr. 2018

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social**: Um ensaio sobre a gênese, a "especificidade" e sua reprodução. São Paulo: Editora Cortes, 2007.

NETTO, J.P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social E Serviço Social. Brasília: UnB, Cead, 2000. p.93-110

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p.

PEREIRA, P. A. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção social aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus. 1996.

SPOLANDER, Gary; ENGELBRECHT, Lambert; SANSFAÇON, Annie Pullen. **Social work and macro-economic neoliberalism**: beyond the social justice rhetoric, *European Journal of Social Work*. 2015.

TINTI, ÉC. Formação profissional em Serviço Social no Brasil e trabalho profissional. In: _____. **Capitalismo, trabalho e formação profissional**: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 7596.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área de saúde. São Paulo: Cortez, 2002.